

ISSN 2595-9611



9 772595 961004

VOLUME 6, NÚMERO 5 - JULHO 2023

REVISTA MAIS EDUCAÇÃO



www.revistamaiseducacao.com

DOI: <https://doi.org/10.51778/2595-9611.v6i5>

Data da publicação: 31/07/2023



Google Acadêmico



INTERNATIONAL
STANDARD
SERIAL
NUMBER
BRAZIL





EDITORA
CENTRO EDUCACIONAL SEM FRONTEIRAS

R454

Revista mais educação [recurso eletrônico] / [Editora chefe] Prof.^a
Mestre Fatima Ramalho Lefone - Vol. 6, n. 5 (Julho 2023) -. São
Caetano do Sul: Editora Centro Educacional Sem Fronteiras, 2023

691.: il. color

Mensal

Modo de acesso: <<https://www.revistamaiseducacao.com/sumario-v6-n5-2023>>

ISSN:2595-9611 (on-line)

DOI: <https://doi.org/10.51778/2595-9611.v6i5>

Data da publicação: 31/07/2023

1.Educação. 2. Pedagogia. I Ramalho Lefone, Fatima, ed. II. Título

CDU: 37

CDD: 370

Gustavo Moura – Bibliotecário CRB-8/9587

www.revistamaiseducacao.com
E-mail: artigo@revistamaiseducacao.com

EDITORIAL

Ciranda, cirandinha... vamos todos cirandar...

Prezados leitores e leitoras, acredito que muitos ouviram ou cantaram esse trecho da música, supostamente infantil.

Como parte da cultura brasileira, a ciranda está presente na Educação Infantil, na tradição indígena, em manifestações políticas e movimentos sociais (FERNANDES, 2021). Segundo Fernandes (2021), como dança a ciranda é tradicional no Nordeste brasileiro e é uma forma de expressar laços nas comunidades.

Porém, minha reflexão supera o círculo infantil das brincadeiras.

A expressão “ciranda, cirandinha” pode nos remeter aos momentos de criança, de festas, da escola infantil ou nos bairros com coleguinhas desfrutando as “inocências” que momentaneamente, alguns de nós vivenciamos.

Mas, o “vamos todos cirandar” me soa como um convite a participarmos da festa interior que podemos ter, a depender de um aceite biológico, social e emocional. O biológico se refere à disposição física para à diversão. O social, à vontade em compartilhar com terceiros os momentos de felicidade. O aceite emocional depende de nossas crenças em um mundo de paz e sem violências. Os atos que envolvem divertimento, compartilhamento, paz interior e amor mútuo, não significam sair “pulando” ou “cantando” para o vento, que também têm uma relevante representatividade à alma, mas de vivências com bom humor e alegria.

Por vezes, a vida traz aprendizado de forma indesejada, mas deixa conhecimento, crescimento, experiência e maturidade. “Não somos o que sabemos, somos o que estamos dispostos a aprender”.

Portanto, leitores e leitoras, “vamos todos cirandar”, vamos deixar que os “olhos do coração” vejam o mundo de forma mais leve no qual somos todos peças da mesma engrenagem, a felicidade.

E sugiro sermos felizes iniciando novas leituras nos textos que seguem e a cada aprendizado, uma certeza ... “posso cirandar”.

Luiz Gonzaga Lapa Junior

Prof. Mestre e Doutor em Educação pela Universidade de Brasília. Integrante: (i) do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Ecologia Humana (GEPEAEH) pela Universidade de Brasília, sob a Coordenação da Profa Dra. Claudia Pato, e (ii) do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Moral e Educação Integral (GEPPEI) da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), sob a Coordenação da Profa Dra. Patrícia Unger Raphael Bataglia.

CONSELHO EDITORIAL

Rodrigo da Silva Gomes
 Patrícia Regina de Moraes Barillari
 Lindalva Freitas
 Lucinéia Contiero
 Jayson Magno da Silva
 Luiz Gonzaga Lapa Júnior
 Mário César Amorim de Oliveira
 Marcos Serafim dos Santos
 Humberto Lourenção
 Marcus Vinicius de Melo Oliveira
 Alex Rodolfo Carneiro
 Hercules Guimarães Honorato
 William Bezerra Figueiredo
 Teresa da Glória Paulo
 Elias Rocha Gonçalves
 Gabriel Gomes de Oliveira
 Jônata Ferreira de Moura

EDITORA-CHEFE

Fatima Ramalho Lefone

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO DE TEXTOS

Fatima Ramalho Lefone
 Rodrigo da Silva Gomes

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Fabiola Larissa Tavares

PROJETO GRÁFICO

Mônica Magalnik

COPYRIGHT

REVISTA MAIS EDUCAÇÃO
 Editora Centro Educacional Sem Fronteiras (Julho, 2023) - SP

Publicação Mensal e multidisciplinar vinculada a Editora Centro Educacional Sem Fronteiras.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial
 É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.
 Rua Manoel Coelho, nº 600, 3º andar sala 313|314 - Centro São Caetano do Sul – SP CEP: 09510-111

SUMÁRIO

- 8 BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS: INTERAÇÃO E APRENDIZAGEM**
Samara Correia de Araújo
- 29 LUDOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Ana Cláudia da Silva
- 47 A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DOCENTE E A OBSERVAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AS RELAÇÕES, POTENCIALIDADES E ESPECIFICIDADES DAS CRIANÇAS**
Kelly Carvalho Andrade
- 53 O DESENVOLVIMENTO DA PÓS GRADUAÇÃO LATO SENSU NO BRASIL**
Marialda da Silva Brito Nascimento
Bruno Silva Rodrigues
- 68 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA LEITURA, COMPREENSÃO E ELABORAÇÃO DE TEXTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II**
Maria Geane da Silva Bertolo
- 82 A IMPORTÂNCIA DAS ARTES VISUAIS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**
Cleide da Paixão
- 95 O CAMINHO DA SAÚDE: DA FILANTROPIA À UNIVERSALIDADE - UM OLHAR SOBRE O DIREITO À SAÚDE NO BRASIL**
Rubens Luís Freiburger
Adécio Machado dos Santos
- 112 ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Vivian Cristina da Silva Moura
- 124 O VALOR DO MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Roberta Cardoso Garrido
- 134 DESAFIOS E PERSPECTIVAS ALTAS HABILIDADES: SUPERDOTAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR**
Kátia Grasielle do Nascimento
Santiago
- 160 EMPREENDEDORISMO E LUCRATIVIDADE EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUIPE-BAHIA**
Mariana Alves Carneiro
Rubem Castro Neves
- 178 LITERATURA E LINGUAGEM INFANTIL**
Amanda Tigre Nakano
- 188 O LÚDICO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**
Abelnilde Santana da Silva
- 200 MIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO**
Natália Aparecida de Alencar
Henriques
- 212 INTERMEDIÇÃO DO CONHECIMENTO COM BASE NA AFETIVIDADE NO MEIO ACADÊMICO ENTRE DOCENTE E DISCENTE**
Geralda Elcione Costa Botelho

- 220 DIFICULDADES NO COMBATE AO BULLYING DENTRO DO SISTEMA EDUCACIONAL**
Samanta Moraes de Oliveira
- 230 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Lilian Fragoso Vieira Ravaneda David
- 237 O JOGO COMO BRINCADEIRA E FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM**
Adélia Verdicchio Pinho
- 246 PRODUÇÃO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS E REPOVOAMENTO VEGETAL NO HORTO FLORESTAL OLHO D'ÁGUA DA BICA (CES/UFCG)**
Flaviana dos Santos Cruz
Lavínia Costa Matias Fernandes
Talita Kelly Pinheiro Lucena
Carlos Alberto Garcia Santos
Ana Maria da Silva
- 255 A PERSPECTIVA DO ESTUDO DA ARTE COMO INSTRUMENTO PARA A APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DO COGNITIVO E SOCIOAFETIVO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Luciana de Albuquerque Barros
- 271 SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL PÓS-PANDEMIA**
Welton Rodrigues de Souza
Fabiano da Silva Araujo
Juliana de Oliveira Mendonça Ribeiro
- 294 ASPECTOS FORMATIVOS DA PSICOMOTRICIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Simone dos Santos Milani
- 303 O SOFRIMENTO PSÍQUICO EM JOVENS**
Julie Andrade dos Reis
- 323 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA HISTORICIDADE E LEGALIDADE**
Ednei Neves Coelho
- 338 ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: METODOLOGIAS PARA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS**
Michele Norte Caração
- 349 A ARTE, O LÚDICO E A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Beatriz da Silva Rosa
- 365 A IMPORTÂNCIA DA ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Sabrina Magda Lúcio da Silva
- 395 CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Yara Mizokami Leão Silva
- 409 O PODER DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA**
Janete Oliveira da Silva

- 418 TRABALHANDO COM PORTFÓLIOS: OBSERVAÇÃO E ZELO NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA**
Jacqueline Campos
- 428 A CONSTRUÇÃO DO SUCESSO OU FRACASSO NA EDUCAÇÃO COMEÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Daniella Simões de Sousa
- 440 A IMPORTÂNCIA DO DESENHO LIVRE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Edite Gomes de Lima Marra
- 448 O BERÇÁRIO COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL DE ACORDO COM A ABORDAGEM DE PIKLER**
Adriana Machado Romero
- 459 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NA EXECUÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA**
Kelly Naxara
- 477 A EDUCAÇÃO INFANTIL ENQUANTO ETAPA DE DESENVOLVIMENTO E APRIMORAMENTO DA CRIANÇA COMO SER SOCIAL**
Joelice Silva Santos Giacomelli
- 487 EXPERIENCIAR A DANÇA: SABERES NECESSÁRIOS PARA FORMAÇÃO DE DOCENTES NO ENSINO DA DANÇA**
Carine de Mendonça Alves
- 498 LUDICIDADE E O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Renata Rodrigues Pereira Alves
Ferreira
- 507 INFLUÊNCIA DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO**
Vinicius Azambuja Ribeiro
Leticia Azambuja Lopes
- 520 CONSTRUÇÃO DE JOGOS EDUCATIVOS E ARTESANAIS: UMA PRÁTICA CONSTRUTIVISTA PARA APRENDER MATEMÁTICA**
Agnaldo Ferreira de Melo
Márcia Colaço Ferreira de Melo
Cristiane Budde
- 534 A IMPORTÂNCIA DO BRINQUEDO, DA BRINCADEIRA E DO JOGO PARA ALUNOS ESPECIAIS**
Eliana Nunes Santos
- 543 ARTE E EDUCAÇÃO**
Deuza Batista de Souza Mendes
- 552 EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS**
Josiane Henrique de Luna
- 562 ESTUDO SOBRE O SERVIÇO NO “CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”: CONHECENDO UM CCA**
Nair Aparecida Machado
- 588 ENSINO DE LÍNGUA INGLESA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA COGNITIVA**
Douglas de Araújo Ribeiro
Lucinéia Contiero
- 605 DIÁRIOS: LETRAMENTO LITERÁRIO E RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA**
Lucinéia Contiero

- 621 ANÁLISE FILMICA DO FILME “OS MISERÁVEIS”**
Letícia Keroly Bezerra Alexandrino
Luiz Gonzaga Lapa Junior
- 637 BRINCAR: ATIVIDADE MAIS SÉRIA DA CRIANÇA**
Renata Bosak
- 657 JOGOS E BRINCADEIRAS: ATIVIDADES LÚDICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
Graciela da Silva Meira
- 669 OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELAS UNIVERSIDADES QUE CORROBORAM PARA DISSEMINAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO PARA AS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**
Edilene Santana Pereira
- 678 A EDUCAÇÃO ESTATÍSTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA**
Elvis Stanley Leite de Souza
Mailson Silva de Oliveira
Laisa Rodrigues de Souza
Mateus Dantas Alexandre
Emanuelle Bezerra Dos Santos
Albaneide de Almeida Formiga
Arthur Levi da Costa Bezerra
Aurea Nascimento Barreto da Silva



EMPREENDEDORISMO E LUCRATIVIDADE EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO JACUIPE-BAHIA

ENTREPRENEURSHIP AND PROFITABILITY IN SMALL RURAL PROPERTIES IN THE MUNICIPALITY OF RIACHÃO DO JACUIPE-BAHIA

**Mariana Alves Carneiro¹
Rubem Castro Neves²**

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada em 2021 com pequenos produtores rurais no município de Riachão do Jacuípe no Estado da Bahia. Teve por base estudos referente à lucratividade das propriedades rurais do município e o desenvolvimento do empreendedorismo por parte dos pequenos produtores, visando estudar a forma de exploração da pequena propriedade rural sob a ótica do empreendedorismo. Constituiu-se em uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo com os pequenos proprietários rurais. Foi constatada a falta de interesse e de conhecimentos acerca do empreendedorismo nas propriedades e uma visão pouco empreendedora, limitando essas propriedades em apenas um lugar de moradia.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Lucratividade; Pequenos Produtores Rurais.

¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

² Engenheiro Agrônomo, Doutor em Difusão do Conhecimento, professor Titular da Universidade do Estado da Bahia.

ABSTRACT

This article is the result of a survey conducted in 2021 with small farmers in the municipality of Riachão do Jacuípe in the state of Bahia. It was based on studies regarding the profitability of rural properties of the municipality and the development of entrepreneurship by small producers, aiming to study the form of exploitation of small rural property from the perspective of entrepreneurship. It was a bibliographic research and field research with small farmers. The lack of interest and knowledge about entrepreneurship in the properties and an understated view was found, limiting these properties in just one place of housing.

Keywords: Entrepreneurship; Profitability; Small farmers.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com pequenos produtores rurais no município de Riachão do Jacuípe no Estado da Bahia, evidenciando a importância do conhecimento sobre gestão de empreendimentos por partes dos pequenos produtores rurais do município. Teve como objetivo geral, estudar a forma de exploração da pequena propriedade rural no município de Riachão do Jacuípe sob a ótica do empreendedorismo rural. Para tanto, delineou-se os seguintes objetivos específicos: caracterizar o empreendedorismo rural familiar; verificar os motivos pela falta de interesse em expandir seus produtos como empreendedores e; identificar programas de incentivos e apoio ao empreendedorismo rural existente no Município.

Os empreendimentos rurais têm papel de destaque na economia mundial. O estudo referente à lucratividade das pequenas propriedades rurais no Município de Riachão do Jacuípe Bahia trata de verificar por meio de uma pesquisa qualitativa e de campo os impedimentos e o que leva esses pequenos produtores a uma subsistência da exploração de sua propriedade.

A pesquisa permitiu investigar a lucratividade dos pequenos produtores rurais do Município que também fazem parte da economia do mesmo e identificar as dificuldades, a falta de informação, bem como, a falta de apoio a esses pequenos produtores que não tem uma visão de empreendedorismo, permitindo-lhes explorarem melhor suas terras, seus produtos e que não se fechem apenas em uma simples renda familiar.

Dessa forma, a pesquisa poderá contribuir para melhorar a visão dos pequenos produtores rurais do Município de Riachão do Jacuípe com relação à exploração do potencial de suas propriedades e melhoria da renda familiar, com lucratividade para além da subsistência. Sendo assim, a pesquisa visou responder a seguinte questão: Como os pequenos produtores rurais do município de Riachão do Jacuípe podem explorar o potencial da propriedade praticando um empreendedorismo com maiores lucros?

Foram utilizados como procedimentos metodológicos uma abordagem descritiva associada a pesquisa de cunho bibliográfico e uma pesquisa de campo como auxiliar. O foco da pesquisa bibliográfica foi uma revisão narrativa da literatura nacional sobre

o tema relacionado ao empreendedorismo, ao desenvolvimento da economia familiar e a lucratividade e exploração das suas propriedades.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e buscou por meio de leituras e questionamentos procurar entender como os proprietários de pequenas propriedades rurais se comportam diante da situação econômica e o que leva esses pequenos produtores a se fecharem em relação à lucratividade.

A coleta dos dados em campo se deu por meio de entrevistas, depoimentos e reuniões com os produtores onde foram abordados assuntos relacionados ao empreendedorismo rural e aos projetos de incentivos existentes, voltados para os pequenos produtores rurais do mesmo Município. As perguntas foram direcionadas para o tema pesquisado, em conformidade com informações obtidas por meio da literatura referente ao empreendedorismo e a lucratividade no meio rural.

1. DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO RURAL FAMILIAR

A atividade de base familiar é vista muitas vezes somente como de subsistência. O sistema familiar de fato deve ser considerado num contexto socioeconômico, onde é expressiva sua força para a população que subsiste no campo e cujo êxodo para as cidades deve ser contido.

Para Dolabella (2008), empreendedorismo não é um tema novo ou modismo: existe desde a primeira ação humana inovadora, com o objetivo de melhorar as relações do homem com os outros e com a natureza. Nessa linha, Filion (1999), afirma que o empreendedor é com frequência, considerado uma pessoa que sabe identificar as oportunidades de negócios, os nichos de mercado e que sabe se organizar para progredir. Assim, a essência do trabalho do empreendedor consiste em definir contextos, o que exige uma análise e imaginação.

Empreendedorismo é um fenômeno cultural, fruto dos hábitos, práticas e valores pessoais. Existem famílias mais empreendedoras do que outras, assim como cidades, regiões, países. Na verdade, aprende-se a ser empreendedor pela convivência com outros empreendedores, o empreendedor aprende em clima de emoção e é capaz de assimilar experiências de terceiros (DOLABELLA, 2008).

A implantação da agricultura familiar no país teve três fases. A primeira refere-se ao descobrimento dessa agricultura nos anos de 1990 a 1995. O período foi marcado pela afirmação política e acadêmica que encontrou brechas no âmbito sindical e na academia. A segunda fase iniciou-se em 1996, se consolidando na área política institucional e tornando-se categoria social, atraindo programas e políticas de desenvolvimento rural por meio do PRONAF - Programa Nacional de Políticas de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A terceira fase é a atual, que se iniciou em 2009 com a divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006, em que estabeleceu o debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do país (SCHNEIDER E CASSOL, 2013).

Porém, parte dos pequenos produtores é deixada de lado nesse processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais como a dependência em relação às grandes propriedades, a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade social. Por outro lado, os produtores familiares que se modernizaram continuaram a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado que, em raríssimos casos, indica uma mudança positiva do ponto de vista estrutural (LAMARCHE, 1993).

O reconhecimento da agricultura familiar no país é muito recente e se deve a três fatores. O primeiro tem relação com o movimento sindical, o segundo com o trabalho dos mediadores e intelectuais e o terceiro fator tem relação com o trabalho do Estado e de políticas públicas que começaram a reconhecer esse setor e deram possibilidades de crescimento e incentivos a partir da criação do PRONAF (SCHNEIDER E CASSOL, 2013).

Conforme Veiga (2002), as chances de desenvolvimento regional rural no Brasil estão ligadas a capacidade de empreendedorismo, que possibilita a geração de emprego e renda e mudança da realidade do campo. O empreendedorismo deixou de ser uma atividade vista apenas como urbana ou dos grandes centros econômicos e comerciais e passa a estar presente também no meio rural, apesar dos pensamentos equivocados a respeito da economia rural como se ela pudesse só se restringir aos grandes proprietários de terras e criadores de gado.

Segundo Cella (2002), o objetivo primordial do produtor rural é permanecer no campo, ou seja, dentro do agronegócio ou qual for o ramo no meio rural, mantendo a

ideia básica de maximização dos lucros. Para que esse objetivo seja alcançado em tempo de globalização, se faz necessário que o produtor rural seja um empreendedor. O empreendedorismo rural enfrenta uma situação paradoxal: por um lado, de acordo com Kulawczuk (1998) e Petrin & Gannon (1997), temos áreas de baixo desenvolvimento socioeconômico, infraestrutura inadequada, baixos níveis educacionais, trabalhadores com baixa qualificação, baixa renda e uma cultura que não incentiva as atividades de risco e crescimento de negócios e, por outro lado, houve um aumento dos desafios e exigências no gerenciamento das propriedades rurais para que se tornem competitivas.

1.1. CAPACITAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO

O empreendedorismo rural depende de diversos fatores que contribuem para o sucesso do novo negócio e um desses fatores, é a qualificação do próprio produtor rural. Segundo Schinaider, et al (2017), a qualificação é capaz de permitir a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas e é concebida como uma qualificação social e profissional.

Os empreendedores por oportunidade podem ser os próprios agricultores. A sua propriedade rural pode passar de um negócio informal, para um negócio formal utilizando-se de ferramentas administrativas, gestão e geração de lucros. Por outro lado, podem ser empreendedores por necessidade, evitando o êxodo rural que ocasiona o inchaço nas grandes cidades e o aumento da pobreza e violência. Dentro desse cenário, a implementação de projetos voltados para esse público, faz-se necessário, desenvolvendo o espaço rural e gerando postos de trabalho, distribuição de renda, cultura, lazer e preservação dos recursos naturais atendendo aos princípios da sustentabilidade e educação (SCHINAIDER, et al , 2017)

A profissionalização do homem do campo está fortemente relacionada com o seu sucesso nos negócios. Instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o (SEBRAE), poderiam atuar em conjunto com associações, cooperativas, governos municipais, estaduais e federais, para mobilizar a sociedade sobre a importância do empreendedorismo rural. Estes atores têm todas as ferramentas necessárias para desenvolverem políticas públicas voltadas ao apoio de atividades

empreendedoras, mas parecem fechar os olhos para a real importância do agronegócio, principalmente, relacionada à pequena propriedade rural.

O fortalecimento da agropecuária pode ajudar a solucionar vários problemas sociais brasileiros, como a fome, o êxodo rural, a violência, etc. Este fortalecimento pode ser obtido por meio de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, oportunizando inovações tecnológicas e tornando o agronegócio mais competitivo.

Conforme Hisrich, Peters e Shepherd (2009), o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais que o aumento de produção e de renda per capita; é também o de iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade, permitindo que mais riqueza seja dividida entre os agentes. É uma teoria de crescimento econômico em que a inovação é o fator preponderante no desenvolvimento de novos produtos (ou serviços) e no estímulo ao interesse em investir nos novos empreendimentos. As atividades empreendedoras afetam significativamente a economia de uma área ao construir sua base econômica e gerar empregos.

1.2. NOVAS FORMAS DE EMPREENDIMENTOS RURAIS

Com a chegada da tecnologia no campo, os horizontes se abriram para um novo empreendedorismo rural. Não é apenas a agricultura familiar a principal economia. Existem muitas opções para serem exploradas e que podem ser bastante lucrativas envolvendo a comunidade local e sociedade como um todo.

As transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, principalmente no que se refere às relações e formas de trabalho, têm permitido aos agricultores pluriativos, a possibilidade do aumento da renda familiar. Tais transformações apontam para a abertura de um novo processo produtivo rural, o chamado “Novo Rural”, o qual abre espaço para a consolidação de novas atividades, como o turismo, embora recente no meio rural brasileiro:

O espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão de obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas [...] (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 28).

As “novas ruralidades”, define Graziano Da Silva (2001, p. 28), “aproveitam e expandem novas funções de atividades no campo, integrando e envolvendo as famílias rurais e o resgate do patrimônio cultural local em conjunto com o poder público e a iniciativa privada”. É a conhecida pluriatividade do campo, como é classificado esse novo momento no meio rural brasileiro (SILVA, 1999).

Novas formas de empreendimento do campo tem mudado a visão de que só o agronegócio é rentável. Conforme Schneider e Cassol (2013), novas atividades rurais estão desenvolvendo a mentalidade do empreendedorismo rural, provocando uma clara mudança do modo de encarar a pluriatividade no campo, pois, no passado, as atividades não agrícolas não eram consideradas como fatores relevantes para o aumento da geração de renda e do nível de emprego no campo.

O baixo nível de renda comumente constatado entre os agricultores e a autodesvalorização dos hábitos e costumes em detrimento ao ideal urbano, tem como uma das consequências o êxodo rural. Diante deste quadro, o turismo possibilita a valorização da essência do homem do campo, uma vez que a sua cultura original se torna o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da autoestima da população. Os benefícios sociais refletem-se na dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem suas identidades e autenticidades. É desencadeado um resgate de valores e costumes antes considerados velhos e inúteis que agora ressurgem e que são restituídos ao cotidiano, criando marcas locais interessantes para o turismo (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

Na Bahia, na década de 80, teve início alguns planos de desenvolvimento regional inserindo o turismo rural, por parte de entidades ligadas a agricultura nas regiões mais distantes do sertão, bem como, com produtores de sisal na região de Valente, demonstrando a potencialidade da atividade. Ao longo dos anos 90, capitaneado pelo SEBRAE e iniciativas particulares, surgiram programas de fomento ao turismo rural em regiões do Recôncavo Baiano, porém muito timidamente e aquém da potência turística do Estado. O Governo do Estado da Bahia somente há poucos anos, reconheceu o potencial da atividade, como complementar ao turismo cultural e de sol e mar, um dos maiores destinos nacionais de turismo.

Hoje regiões como Recôncavo Baiano, Costa do Dendê, Chapada Diamantina, Sertão, entre outras, são reconhecidas como áreas de aptidão turística eco rural. A principal característica desse segmento é propiciar aos moradores da região maior

renda, uma vez que o lucro de tudo que é comercializado acaba voltando para os próprios moradores que, também, são os produtores (INSTITUTO BRASIL RURAL, 2021).

O Ministério do Turismo - MTur, nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, elaborada em parceria com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, de forma participativa e democrática, define Turismo Rural como o “conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2003, p. 7.). Trata da oferta turística no meio rural que tenha como referência a ruralidade e abrigam propriedades de grande, médio e pequenos portes, como também, unidades agrícolas consideradas tipicamente familiares. Surge daí a noção de Turismo Rural na Agricultura Familiar, entendido como a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos (BRASIL, 2003).

O sucesso da empresa rural não consiste somente em uma elevada produtividade por meio de modernas técnicas, mas também no controle dos custos de produção. É necessário saber como gerenciar a produtividade para chegar ao resultado desejado e continuar prosperando com significativos lucros. Empresas rurais, de acordo com Marion (2002, p. 24), “são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”.

Segundo Vilckas (2004), a elaboração e implementação do planejamento no setor rural representa um grande desafio, tendo em vista que os empreendimentos desse setor estão sujeitos a diversas variáveis, como a dependência de recursos naturais, a sazonalidade do mercado, a perfectibilidade dos produtos, o ciclo biológico de vegetais e de animais e o tempo de maturação dos produtos. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (2011), a utilização de ferramentas gerenciais pelos produtores ainda é reduzida, mas eles têm percebido que apenas conhecimentos técnicos de produção/criação, embora fundamentais, não

bastam, estão reconhecendo a importância da administração, em especial a do planejamento, em suas atividades.

Outro fator importante, de acordo com Oliszeski, Colmenero e Kovaleski (2019), é a possibilidade de mudanças imediatas na produção, pois uma vez realizado o investimento, é necessário aguardar o resultado da produção e escoá-la rapidamente, mesmo em condições desfavoráveis de mercado, a não ser que o produto possa ser estocado à espera de melhores condições de venda. Essas particularidades resultam em maior complexidade no gerenciamento do empreendimento rural, que pode ser reduzida com o emprego de técnicas gerenciais que garantam sua competitividade em longo prazo.

A pecuária leiteira é uma das principais atividades desenvolvidas nas propriedades familiares e também se encontra como atividade de suma importância para a economia do Brasil, pois quando bem gerenciada, pode gerar rentabilidade satisfatória para o setor. O segundo foco do estudo é a avicultura industrial brasileira, que passou por profundas mudanças nos últimos anos, evoluiu por meio da biotecnologia e das tecnologias complementares da microeletrônica e da automação. Com isso, o complexo agroindustrial avícola de corte é um dos que possui o mais elevado grau de articulação no agronegócio nacional. “O Brasil é líder absoluto nas exportações mundiais de carne de frango desde 2004. E entre os fatores que levaram o país a conquistar esta posição de destaque estão a qualidade e a sanidade do produto brasileiro” (THOMAS; SULZBACH; HOFER, 2011, p. 01).

A agropecuária é uma atividade econômica que abrange tanto a agricultura quanto a pecuária. No sertão, a atividade pecuária (criação de animais) ocupa um lugar de destaque, uma vez que é a principal atividade econômica. Como essa região ainda não ingressou em um processo de mecanização e modernização efetiva do campo, a pecuária é desenvolvida de forma tradicional ou extensiva, isso quer dizer que os animais são criados em extensas áreas, no caso dos latifúndios, sem maiores cuidados e se alimentam quase sempre de pastagens nativas e não cultivadas, diante disso a produtividade é baixa. Depois da criação de gado, a principal é a produção de caprinos, animais de pequeno porte que resistem às condições mais adversas impostas pelo clima. Devido a esse fator, o Nordeste detém o maior rebanho dessa espécie no Brasil .

1.3 CHEGADA DA PANDEMIA NO MEIO RURAL

A Bahia tem atualmente cerca de 593 mil agricultores familiares, segundo dados divulgados pelo censo do IBGE. Eles representam 77,8% dos 762 mil estabelecimentos agropecuários da Bahia. A produção familiar emprega mais de 1,5 milhão de pessoas na Bahia, o equivalente a 72,3% do total de trabalhadores agropecuários do Estado (IBGE, 2017). Mesmo diante de um cenário crítico, o agronegócio e a agricultura familiar foi uma das áreas que mais se destacou e evoluiu diante da crise mundial em que vivemos nesse ano de 2020. O homem do campo se reinventou e mais do que nunca usou da sua capacidade de criar o novo e sair do tradicional e de certa forma, a agricultura 5.0 se inseriu nesse momento tão difícil e desafiador para agricultura. Graças ao uso da tecnologia, o homem do campo conseguiu se inserir no mercado de forma remota não deixando de ter assim sua renda e até mesmo gerar novas oportunidades de empregos.

A fonte de geração de emprego e renda nesse novo normal depende muito dos incentivos e das políticas públicas de cada Município. A formação, o estímulo e o apoio ao empreendedorismo é um dos principais meios para estimular e mudar a realidade de muitos pequenos produtores que ainda não despertaram para esse lado empreendedor de ver o seu negócio evoluir. A implementação de projetos juntamente com a comunidade e até mesmo o empreendedorismo coletivo como, por exemplo, hortas, granjas, dentre outros empreendimentos que tendem a ser bastante lucrativo, poderá mudar a realidade social desses produtores e também gerar empregos para os jovens.

2. RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Na pesquisa de campo foram investigados, no âmbito do município, a existência de alguns projetos de incentivos para investimentos na região; o conhecimento da origem dos projetos de Incentivos existentes; a adesão a algum tipo de empréstimo como produtor rural e; a fonte de renda extraída da própria propriedade rural.

Foram encontrados na região alguns projetos de incentivos para melhoria das propriedades. Um deles, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), é um projeto de Convivência com o Semiárido, que pretende assegurar à população rural o acesso a terra e a água, tanto para consumo da família e dos animais, como para produção

de alimentos, ensinando-se a cuidar da terra de maneira sustentável. Esse projeto trouxe a oportunidade para 15 famílias participarem. O requisito seria ser proprietário da terra para fazer uma cisterna e poder regar a própria horta. Em uma reunião na comunidade com representantes do sindicato foi revelado que hoje, são apenas três famílias participando e que, mesmo assim, isso está mudando a realidade da comunidade em que vivem, oferecendo hortaliças totalmente orgânicas, que além de consumida na família é vendida na feira local do município.

Além do projeto P1+2 existem outros projetos que oferecem uma possibilidade de renda familiar como o projeto ASA, que se constitui em uma rede de projetos que conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. As ações do ASA estão pautadas, principalmente, na cultura do estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida na região. Esse projeto foi relato pelo então presidente do sindicato, mas não foi encontrada nenhuma família beneficiária do mesmo, no entanto, assim como o primeiro, muitos o desconheciam.

Outro projeto existente é o Agro Amigo, uma iniciativa do banco do Nordeste que também faz parceria com os sindicatos para divulgar o programa e incentivar a adesão das famílias ao mesmo. É um programa de micro finança rural do Banco do Nordeste que pretende melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo. Por meio de seus agentes de microcrédito, atende, de forma pioneira no Brasil, milhares de agricultores e agricultoras familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os agricultores clientes do Agro Amigo são atendidos para desenvolver qualquer atividade geradora de renda no campo ou em aglomerado urbano próximo, sejam agrícolas, pecuárias ou outras atividades não agropecuárias no meio rural, como turismo rural, agroindústria, pescaria, serviços no meio rural e artesanato.

Os resultados colhidos por meio de entrevista na comunidade retratam a situação desses projetos conforme as figura que seguem.

A figura 1 retrata a pergunta feita sobre a existência de projetos de incentivos para investimentos na propriedade, em que, 65% dos entrevistados desconhecem a existência desses e apenas 25% tem conhecimento. Diante disso, deduz-se pela falta de informações por partes desses pequenos produtores rurais no município onde foi realizada a pesquisa.

Figura 1 – Projetos de incentivos para investimentos existentes na Região



FONTE: Pesquisa realizada pelos autores

Pode ser observado na figura 2 que 53% dos entrevistados não souberam responder sobre a origem dos projetos de incentivos para investimentos nas propriedades. É notório, tanto na figura 1 como na figura 2 o desconhecimento desses proprietários sobre o que vem a ser incentivos, projetos, origem dos financiamentos e parcerias. Isso dificulta o exercício pleno da sua cidadania que os impede de se informar sobre as possibilidades de investimento para melhoria da propriedade, deixando-os vulneráveis, como alvos de políticos locais e propensos a cooptação por parte dos mesmos.

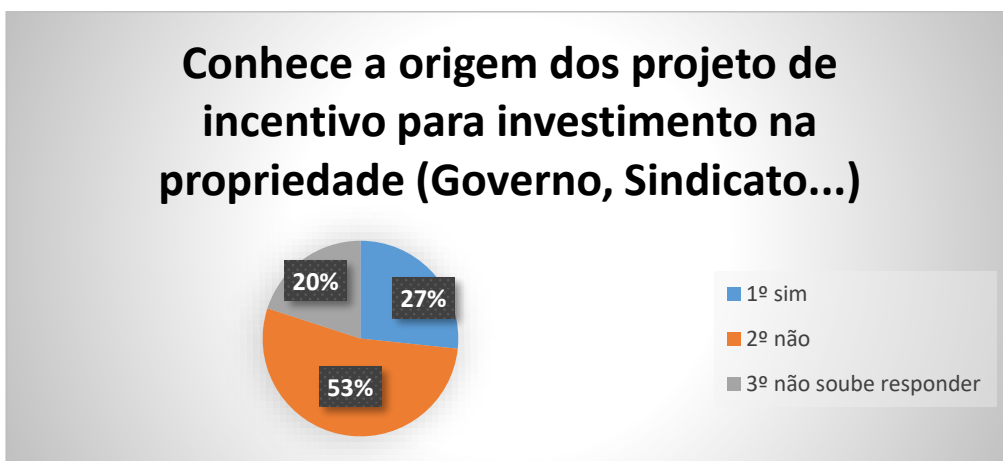


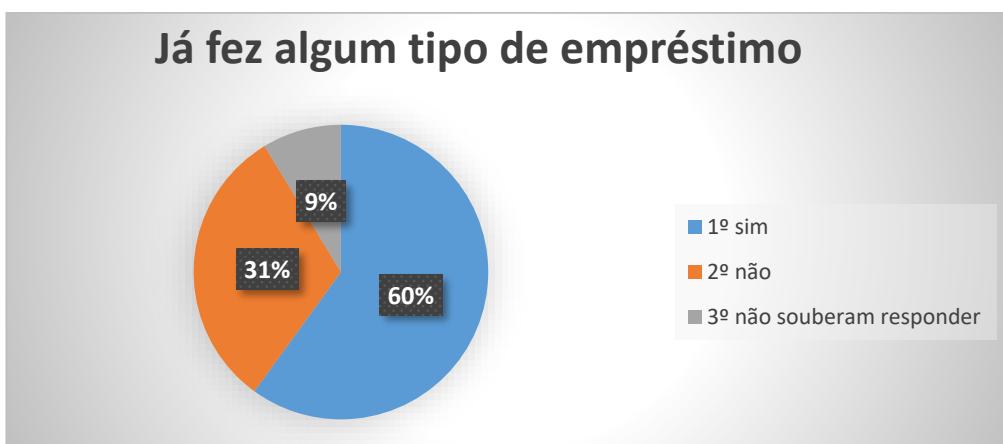
Figura 2 – Conhecimento da origem dos projetos de Incentivos

FONTE: Pesquisa realizada pelos autores

A figura 3 revela que 60% dos entrevistados já realizaram algum tipo de empréstimo como produtor rural. Esse resultado contradiz com o desconhecimento, pela maioria, de projetos de incentivo, parceria e origem dos recursos (figuras 1 e 2), revelando desconhecimento de que esses empréstimos, financiamentos e parcerias, fazem parte

de um todo que são os projetos de incentivo. Conforme relatos, a maioria dos pequenos produtores utiliza desses financiamentos para adquirir bens pessoais e não realizam os investimentos corretos na propriedade, o que revela a falta de orientação e fiscalização.

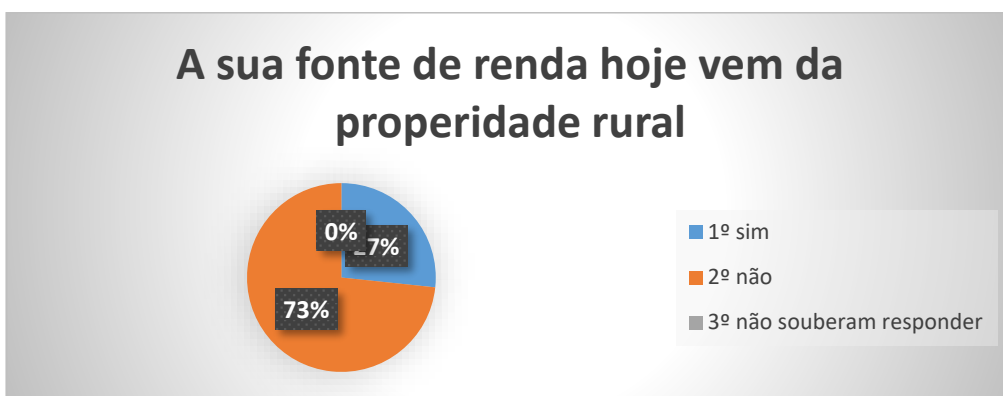
Figura 3 – Realização de algum tipo de empréstimos como produtor rural



FONTE: Pesquisa realizada pelos autores

Na figura 4 observa-se que em um município onde seu maior território está na zona rural, 73% dos entrevistados responderam que sua principal fonte de renda não vem da sua propriedade rural, muitos deles relataram trabalhar em uma propriedade vizinha com área maior e que tem algum tipo de investimento.

Figura 4 - Fonte de renda extraída da própria propriedade rural



FONTE: Pesquisa realizada pelos autores

Em entrevista, o presidente do sindicato relatou as dificuldades para demonstrar que é possível viver apenas com a renda rural. Existem cursos preparatórios como, por exemplo, a melhoria do rebanho para aumentar a produção de leite, dentre outros. Mas não há um interesse por parte desses proprietários. O que se percebe é uma mentalidade que não evoluiu e que tem muito trabalho a ser feito para essa realidade

do município mudar. Com base nas perguntas que foram feitas nas entrevistas e de acordo com os números de participantes, pode-se perceber o quanto o município tem que melhorar com relação à inserção da cultura de investimentos nas pequenas propriedades rurais.

Pode ser notado claramente que essas famílias, não usam a propriedade como uma fonte de renda e que o êxodo rural no município está cada vez maior, principalmente, em relação aos jovens que viviam nessas comunidades. As secas abrangentes é um dos fatores que influenciam e que é bastante relatado por eles, no entanto, essa realidade pode mudar por meio dos projetos que levam cisternas, dentre outros programas que podem ajudar nessa questão. Os que praticam o êxodo rural geralmente enfrentam grandes dificuldades para ter um sustento na zona urbana do município por conta da baixa oferta de emprego, o que leva a um deslocamento para cidades vizinhas, gerando assim a superlotação nesses municípios e a baixa qualidade de vida. Tal situação poderia ser diferente se houvesse um investimento no meio rural e a cultura de união das comunidades, podendo ser montadas cooperativas de produção de leite, queijos, criação de aves, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares da pesquisa bibliográfica juntamente com a pesquisa de campo aplicada no município Baiano de Riachão do Jacuípe, permitiram analisar a forma de exploração da pequena propriedade rural, do seu potencial empreendedor, do papel dos programas de incentivos e de apoio ao empreendedorismo rural existente no município. Permitiu também, identificar as alternativas nas propriedades rurais desse município, com chances de se tornarem um empreendimento lucrativo, deixando visíveis os motivos pela falta de interesse em expandir seus produtos como empreendedores, reforçando o caráter de subsistência das suas propriedades, conforme pode ser constatado também na pesquisa bibliográfica.

Ficou aparente na pesquisa que os proprietários não possuem uma visão empreendedora de suas propriedades e que a busca por maiores lucros parece algo inalcançável por parte dos mesmos, pensamento esse que levam os proprietários a restringirem-se apenas a uma simples renda familiar. A falta de conhecimentos específicos e desconhecimento das possibilidades que podem ter, juntamente com o

medo de se arriscarem, fazem com que muitos se fechem e não se enxerguem como empreendedores, com potencial para gerar mais lucros e mudar a realidade financeira da família.

Por fim, considera-se que a agricultura familiar, os pequenos proprietários e os empreendedores rurais, apesar de estarem inseridos na economia do país desde os séculos passados, não mudaram muito ao longo desse tempo até os dias atuais, com relação à busca por conhecimentos em investir em seus respectivos negócios. A indisposição para a busca desses conhecimentos, a falta de apoio e a não valorização por partes de autoridades competentes, podem ter contribuído para reforçar a agricultura de subsistência e, conseqüentemente, ao êxodo rural com sobrecarga nas grandes metrópoles e aumento do desemprego.

Sendo assim, recomenda-se a realização de novas pesquisas e intervenções por parte dos órgãos competentes, no sentido de evidenciar melhor essas questões e direcionar treinamentos mais frequentes, com aplicação de políticas públicas mais efetivas, promovendo incentivos para o desenvolvimento rural, com vistas a fixar o homem ao campo e melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

CEIIA, D. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. 2002. 166 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-23072002-162811/publico/daltro.pdf>. Data de Acesso: 16/06/2023.

DOLABELLA, F. **O segredo de Luisa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

FILION, L. J. (1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, 34(2), 5-28.

GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem: o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. Tradução de Teresa Cristina Felix de Souza. 7. ed. Porto alegre: Bookman, 2009.

IBGE. **Censo agro 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Data de Acesso: 16/06/2023.

INSTITUTO BRASIL RURAL. **Carta do turismo rural da Bahia**: Cruz das Almas. Disponível em: http://www.institutobrasilrural.org.br/navegacao.asp?id_menu=2&id_conteudo_exibir=84 Data de Acesso: 16/06/2023.

KULAWCZUK, P. (1998) The development of entrepreneurship in rural areas. In: KIMBALL, J. D. (Eds.) **The Transfer of Power: Decentralization in Central and Eastern Europe** (97-109). Budapest, Hungary: The Local Government and Service Form Initiative. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_384.pdf. Data de Acesso: 16/06/2023.

LAMARCHE, H. (1993), **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLISZESKI, C. A. N.; COLMENERO, J. C.; KOVALESKI, J. L. Desafios da inserção da pesquisa operacional em agroindústrias de pequeno porte. **Revista ADM PG**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/admpg/article/view/13913>. Data de Acesso: 16/06/2023.

PETRIN, T., GANNON, A. (1997) **Rural development through entrepreneurship**. FAO, Rome (Italy). Regional Office for Europe. Recuperado em: 15 dez.2011, de: Disponível em: <https://agris.fao.org/agris-search/index.do> Data de Acesso: 16/06/2023.

SILVA, J.G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto alegre: UFRGS, 1999.

SCHINAIDER, Alessandra; ANELISE, Daniela; MATTOS, Paloma; FAGUNDES, Mattos; TALAMINI, Edson. 2017. O Perfil do Futuro Empreendedor Rural e Fatores de Influência na Busca de Qualificação. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**. 2. 42-65.

SCHNEIDER, S. Y CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. 2013

THOMAS, J. A.; SULZBACH, T. M.; HOFER, E.; - UNIOESTE CAMPUS MARECHAL. CÂNDIDO RONDON - V. 7 Nº 13 - 2º sem 2007. **União Brasileira de Avicultura**. UBABEF: São Paulo, 2011.

VEIGA, J.E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2002.

VILCKAS, M. **Os Determinantes para a Tomada de Decisão sobre O que Produzir**: proposta de um modelo para unidades de produção rural familiares. 2004. 143f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.



www.revistamaiseducacao.com
E-mail: contato@revistamaiseducacao.com

Rua Manoel Coelho, nº 600, 3º andar sala 313|314 - Centro São Caetano do Sul – SP CEP: 09510-111 Tel.: (11) 95075-4417



EDITORA

CENTRO EDUCACIONAL SEM FRONTEIRAS